International Congress of History
Congreso Internacional de Historia
VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

Cultura e imaginário político dos comunistas no norte do Paraná (1945-1953)

Verônica Karina Ipólito (Unesp/Assis-SP)

Introdução

O objetivo deste artigo concentra-se na análise das correlações existentes entre imaginação e a política, imaginário e o social, cultura e mito, levando-se em consideração a estudo de fontes referentes aos militantes e simpatizantes do comunismo no norte do Paraná, no período compreendido entre os anos de 1945 a 1953.

A análise de temas políticos tem se destacado nos últimos anos. O prestígio das pesquisas centradas nessa área é tributário da renovação das abordagens de pesquisas nas ciências sociais. A incorporação de elementos teóricos e metodológicos da antropologia permitiu a ampliação da compreensão do político para além das esferas institucionais, acrescentando as atitudes, os valores e as ações de indivíduos como comportamentos a serem considerados nas abordagens políticas.

Outro aspecto a ser considerado é a “renovação” pela qual passou a História Política desde os anos de 1970, concentrada na adoção das dimensões subjetivas do político. Este redirecionamento contribuiu para o aprofundamento dos estudos centrados nessa área. Rodrigo Patto Sá Motta (1996, p. 92) identificou o “redespertar” da História Política em duas vertentes de pesquisa. Por um lado, uma renovação, ainda que tímida, dos enfoques sobre objetos tradicionais da política. Os adeptos dessa tendência voltaram-se para a análise de práticas coletivas e comportamentos sociais, se distanciando da perspectiva tradicional do político, mais concentrado nas elites e no Estado. Por outro lado, estão os esforços de pesquisadores interessados em apagar os últimos vestígios da História Política tradicional ou *événementielle*, enfocando suas pesquisas na exploração de novos objetos. Essa tendência visa encontrar as relações de poder na manifestação do inconsciente, nas representações e nos valores do comportamento humano. A identificação de ao menos duas grandes tendências dentro da “Nova” História

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

Política indica que o fenômeno de “renovação” não ocorreu de forma unilateral e homogênea.

Partindo do intuito de trabalhar com instituições políticas – como a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR) e o Partido Comunista do Brasil (PCB) – objetivamos, neste texto, trabalhar os comportamentos e ações de dirigentes, membros, simpatizantes e familiares de comunistas no norte paranaense. O objetivo é analisar, por meio de documentos oficiais (relatórios, folhetos e similares), bem como através de evidências que expressam a visão dos indivíduos envolvidos (como entrevistas), a linguagem coletiva que permitiu a comunicação e a união no interior desses grupos no norte do Paraná.

O recorte temporal da pesquisa segue um eixo bem definido: 1945-1953, momento em que o norte do Paraná foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, sobretudo sintetizado na luta pela terra como foram os casos da Guerra de Porecatu, a Revolta do Sudoeste e por uma luta política cotidiana nas cidades sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra, do processo de legalização do PCB e sua posterior proscrição ou dos constantes movimentos sociais urbanos. A atuação da polícia política neste período configura-se ainda pelo controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que signifique ameaça à ordem social estabelecida. A ideia e o pensamento eram os objetos de censura e de investigação. Nessa perspectiva, o órgão censor apresenta-se mais eficaz. Entidades ou instituições passam a ser alvo de vigilância permanente, tornando-se objeto de investigação policial.

Para isso, o artigo estará dividido em três momentos: primeiro, as memórias e histórias que sobreviveram ao tempo e que permite perceber o quanto a linguagem coletiva dentro do PCB alimentava mitos e aspirava fidelidade à causa comunista; segundo, relatos que comprovam as divergências entre os próprios militantes e, por fim, as privações a que eram submetidas os militantes e seus familiares no norte do Paraná.

1. A palavra como alimento: mitos do ideário comunista

Ao voltar do trabalho na construção civil em uma tarde do ano de 1946, o jovem cearense de 26 anos Manoel Jacinto Correia avistou uma manifestação

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

reivindicando o direito de greve em uma das ruas de Londrina, no norte do Paraná. Homem de hábitos simples, mas persistente em seus ideais, partiu do Nordeste para Minas Gerais até se fixar em terras londrinenses nos anos de 1940. Sempre envolto em um espírito de coletividade, chegou a ser pastor evangélico[i], mas se afastou das atividades religiosas após ser expulso por um dos reverendos que não aceitaram suas críticas à Igreja[ii]. A necessidade de uma base ideológica era uma busca constante de Manoel Jacinto. Sua mulher, Dona Anita, apoiava a decisão do marido em busca de um suporte ao qual se apoiar: “Então a gente via que tinha muita coisa errada dentro da Igreja, mas a gente não sabia como sair”[iii]. Apesar de se estabelecer em Londrina como mestre de obras e desfrutar de uma remuneração considerável, ao menos para garantir o sustento de sua família e criar perspectivas para o futuro, havia algo mais que inquietava Manoel Jacinto. Sua filha, Elza Correia, destaca a facilidade com que seu pai se envolvia com mobilizações, pronunciamentos, discursos e quaisquer atividades de cunho reivindicatório: “meu pai era linha de cabeça, entrou na passeata e quando percebeu estava carregando uma bandeira (...), fez um pronunciamento (...) e saiu de lá filiado ao Partido Comunista do Brasil”.

A partir de então, como ressalta Elza Correia, seu pai enfatizava que havia encontrado “o caminho”, enquanto a família iniciou uma fase de privações. Era o preço da luta revolucionária:

> A nossa vida era péssima. Eu tenho irmãos hoje que (...) tem aversão ao Partido Comunista (...). Não poderia ser tão bom (...) que a gente vivesse miseravelmente e que não assumisse a responsabilidade de pagar até o dinheiro que meu pai devia receber quando estivesse preso e trabalhando pelo partido”[iv].

A experiência relatada por Elza Correia, filha de um comunista pertencente ao PCB de Londrina contrasta com a noção de “sociedade ideal”, típica do discurso partidário e que encontra fundamentação no conjunto doutrinário conhecido como “marxismo-lenilismo”. Por um lado, o PCB norte paranaense construiu uma “cultura política” (BERSTEIN, 1998) específica: um partido que anseia pela legalidade, se estabelece relativamente na base filosófico-doutrinal do marxismo na busca pela identidade histórica, reclamando pelo ideal revolucionário, seja no campo ou na

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

cidade. Produz um sistema político de ampla atuação junto às massas, liderando algumas manifestações de ampla repercussão – como no caso da Revolta de Porecatu[v] – e mobilizações cujo sentido ultrapassa as fronteiras do Estado – a exemplo do Movimento dos Partidários da Paz[vi]. O exemplo mencionado assinala, segundo Barros (2009, p. 154), "como uma cultura política articula simultaneamente uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto". Em suma, vida particular e vida pública eram bem distintas: muitos comunistas passavam por privações, mas a luta não podia parar.

2. Centro *versus* periferia: as divergências no interior do PCB

Os poucos trabalhos que se debruçaram sobre o PCB no norte do Paraná, afirmam que este partido passou a existir no estado depois de 1945, quando da I Conferência Estadual que levou à direção do PCB no Paraná os comunistas como: Meireles, Walfrido Soares de Oliveira, Dario, Jacob Schmidt e outros, que construíram a história do partido no estado (GONÇALVES, 2004). Segundo depoimento do militante comunista Hermógenes Lazier (2008, p. 172), existia dois comitês estaduais no Paraná, um fato inédito comparado com o restante do país. Esses comitês estaduais estavam organizados da seguinte forma: o do sul, localizado em Curitiba e influenciado pelo PCB de Santa Catarina; e, o do norte, sediado em Londrina e muito mais próximo dos comunistas paulistas, principalmente de alguns dirigentes, como João Amazonas e João Saldanha. Um dos principais líderes no norte do Paraná foi Manoel Jacinto Correia. No entanto, como afirma Hermógenes Lazier (2008, p. 173), a aproximação do comitê comunista de São Paulo com o norte do Paraná ultrapassava os interesses políticos.

Segundo Lazier (2008, p. 173), desde 1945, toda a produção de café do norte do Paraná era destinada ao porto de Santos (SP), em vez de ser encaminhada ao porto de Paranaguá (PR). O que espanta o militante comunista é o fato do PCB não encabeçar uma luta contra a rota do café até o porto de Santos, uma vez que os impostos atribuídos ao produto comercializado, naturalmente iriam para os cofres paulistas. Em sua visão, os paulistas (inclusive militantes) ainda viam o Paraná como uma extensão paulista: "a coisa é tão séria nessa briga entre São Paulo e Paraná que a estrada de ferro, que vinha de Apucarana a Curitiba, que poderia ser

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

construída em cinco anos, levou vinte, devido a inúmeras sabotagens" (LAZIER, 2008, p. 173). A queixa de Lazier, que pertencia ao comitê do PCB de Curitiba (PR), era a de que o comitê de Londrina estava mais vinculado aos paulistas e que isso impedia o relacionamento entre os dois comitês paranaenses: "a regional do Norte relacionava-se mais com São Paulo do que com o pessoal daqui" (LAZIER, 2008, p. 173).

O comitê de Londrina, por sua vez, é analisado por alguns historiadores como um órgão que atuava em uma região essencialmente agrícola, visto que no início da década de 1950, Londrina possuía o equivalente a 70.000 habitantes, sendo que desses, somente 39.000 viviam na área urbana (ADUM, 2003, p. 3). A construção do mito de que o campo representaria um atraso desde a segunda década do século XX, pode ter interferido na visão de muitos militantes comunistas, sobretudo de grandes centros como Curitiba e São Paulo, que passaram a enxergar no norte do Paraná uma região agrícola, despreparada e que deveria receber assistências de outros comitês. Até então, as preocupações do PCB no país estavam voltadas para atividades urbanas e movimentações do operariado. As poucas tentativas de atuação do partido em áreas rurais ocorreram em momentos localizados, quando, por exemplo, em 1927 foi criado o Bloco Operário e Camponês (BOC), que não teve políticas significativas voltadas para o campo.

O ex-militante e historiador Jacob Gorender relata que em fins dos anos de 1940 a início de 1950 a composição dos quadros da base no norte do Paraná era de "militantes camponeses, gente radicada no campo e elementos da cidade de Londrina"[vii]. Sobre Manoel Jacinto, Gorender afirma: "não sei até onde ele cursou, não deve ter ido muito longe"[viii]. A visão de Gorender, que à época visitou algumas vezes a região e manteve contato com Manoel Jacinto, era a de consolidação de um comitê formado, em grande medida, por pessoas provenientes ou que ainda residiam no campo, muitos imigrantes e nordestinos. Quando a Revolta de posseiros de Porecatu (1948-1951) explodiu no norte do Paraná, o PCB procurou aproveitá-la para "tornar aquilo uma base permanente de luta armada e estendê-la, formar ali uma espécie de território libertado"[ix].

Em função da oportunidade vista pelo PCB em instalar na região uma espécie de "comunismo rural", o partido designou "um militante do Rio para dirigir o

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

comitê de Londrina e um membro do comitê central, o Celso Cabral"[x]. Além disso, a autonomia do diretório londrinense foi retirada e "toda a região do norte do Paraná, incluindo Porecatu, ficou subordinada à orientação do Comitê Estadual de São Paulo, cujo primeiro secretário, em 1951, era Carlos Marighela"[xi]. Toda essa movimentação deixou clara que a atuação do PCB na região não se tratava apenas de assistência, tampouco somente no interesse na libertação daquelas terras e na reintegração de posse às pessoas que há anos residiam na área. Nesse ponto, é possível concordar com Pierre Bourdieu (1989, p. 164), para quem a ideia do pensamento simbólico é tão importante quanto o pensamento material. Em sua visão, o político pode ser compreendido como um "campo de forças" e, portanto, como um "campo de lutas". A noção que envolve os "campos" (político, religioso, econômico etc) está relacionada ao poder. Nesse sentido, o campo político "é o lugar em que geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos (...), conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores'" (BOURDIEU, 1989, p. 164).

No que se refere ao poder, principalmente no interior do que se convencionou chamar de Nova História Política, René Rémond (2003, p. 444) é taxativo quando afirma que a "política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque tem como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder" (RÉMOND, 2003, p. 444). Ao que tudo indica, o interesse do PCB na Revolta de Porecatu estava irrestritamente voltado em alcançar o poder. O partido não contava com "nenhuma experiência" e não havia "especialistas agrários realmente capazes". O argumento central que motivou o PCB a se aventurar em conflitos por terras no norte paranaense se justificava por apontamentos gerais: "a ideia primeira era manter os posseiros nas suas posses. Impedir que eles fossem despejados. Impedir que o poder e as autoridades do estado constituído voltassem a Porecatu. Manter aquilo defendido pelos guerrilheiros"[xii].

Apesar da participação do PCB e de seus planos para a área litigada, Jacob Gorender considera a experiência de Porecatu como fracassada, seja porque o partido não atingiu seus objetivos de implantar o comunismo na região e torná-la

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

uma área de libertação nacional, seja porque os "posseiros, [sob] pressão (...), aliciamento e pelas promessas feitas [pelo governo estadual Munhoz da Rocha], começaram a fraquejar e alguns começaram a aceitar (...) compensações financeiras e terras noutros lugares"[xiii]. Gorender, reitera que o PCB forneceu à região de Porecatu, instrumentos tanto teóricos (cursos para os dirigentes locais e homens do comitê nacional que se dirigiram para a região em conflito), quanto logísticos ("armas, esconderijos, alimentos, remédios"[xiv]).

3. As necessidades cotidianas: do mito da rejeição ao mito do Salvador

O discurso de Gorender, centrado efetivamente no envolvimento do PCB em algumas atividades no norte do Paraná, com destaque para a Revolta de Porecatu e no apoio fornecido pelo partido à região, contrasta com a versão de alguns familiares e militantes que residiam no norte do Paraná nos anos de 1940 e 1950. Os apontamentos feitos estão restritos à ausência de apoio do partido aos militantes e seus subordinados. Com isso, é possível notar que existem contradições: os pertencentes aos quadros do comitê de São Paulo, a exemplo de Gorender, trazem a imagem de um PCB atuante, participativo e que não media esforços para oferecer ajuda aos militantes e as pessoas ligadas às atividades do partido na região norte do Paraná. Por outro lado, em uma análise mais detida ao cotidiano, vemos familiares de dirigentes do comitê de Londrina, acusar o partido de omissão e negligência. Para esses, o PCB, enquanto um órgão político ora reconhecido, ora proscrito, beneficiava alguns militantes em detrimento de outros. Essa seleção era feita segundo a formação desses militantes, é o que Bourdieu denomina de "monopólio dos profissionais". Em sua visão, a concentração do capital político nas "mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes – sobretudo o *tempo livre* e o *capital cultural*" (BOURDIEU, 1989, p. 164). Seguindo essa lógica, é possível concluir que, no interior do PCB formou-se um grupo dominante escalado de acordo com o seu "capital cultural", ou seja, à forma como foram preparados e como se deu o seu acesso à educação e ao tempo para se organizar, por meio de leituras e cursos, à vida política. O próprio Manoel Jacinto afirma que houve

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

"incoerência por parte dos comunistas". Em sua visão, muitos militantes viram os posseiros como "aventureiros", sem levar em consideração o "respeito ao posseiro, à sua origem, às suas condições ideológicas, aos seus objetivos simplesmente de luta pela posse da terra e não para fazer uma revolução para tomar o poder".[xv] Ainda sobre Porecatu, Manoel Jacinto afirma que o radicalismo do PCB, sobretudo a partir das primeiras manifestações em 1948, que foram seguidas da publicação do Manifesto de Agosto de 1950, documento que proclamava a luta armada como linha política do partido, os principais responsáveis pela perda territorial nesse conflito. Em sua visão, foi o "sectarismo [do PCB] que impediu que posseiros fizessem um acordo nobre em Porecatu, recebendo terras em outras regiões, o que representava uma vitória, e que até hoje não tiveram a dignidade de fazer uma auto-crítica desta situação"[xvi]

No entanto, muitos mitos se perpetuaram dentro do PCB a ponto de angariar adesões e apoios irrestritos de seus próprios membros, os quais, mesmo se dando conta da diferença de tratamento entre os militantes, continuou apoiando a causa comunista. Ao chegar a Londrina em 1946, Manoel Jacinto disse que entrou para o PCB pelo fato de se identificar com o discurso do partido. Considerado legal entre os anos de 1945 e 1947, Manoel se candidatou e foi eleito vereador na cidade pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em razão da proscrição do PCB. No entanto, Manoel Jacinto continuava integrando os quadros do PCB, pois a alternância de sigla partidária nas eleições municipais se tratava apenas de uma estratégia para burlar a polícia política e manter o PCB ativo, ainda que fosse considerado clandestino a partir de 1947. Para Manoel Jacinto, os "oradores [do PCB] falavam umas coisas que eram muito coerentes com o meu sofrimento, com minha vida, com minha revolta (...), das injustiças que sofri dadas as perseguições que tive, das humilhações de fazendeiros, da humilhação de patrões".[xvii]

Em outra fala, sua esposa na época, Ana Pereira Correia, mais conhecida como Anita, não traz elogios ao "Partidão". Em sua visão, havia uma prática comum no PCB em "desligar" seus membros mais atuantes da produção, a fim de atuar, de modo mais incisivo, no interior dos quadros partidários. Assim, já em fins dos anos de 1940, Manoel Jacinto foi declarado "desligado da produção", momento em que o

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

partido assume suas responsabilidades – inclusive financeiras – atribuindo a ele e a sua família o que deveria ser uma pensão mensal.

No entanto, Anita e Elza Correia, esta última uma das filhas de Manoel Jacinto, são categóricas ao enumerarem uma série de reclamações ao partido, que vão desde atrasos às pensões até denúncias de que alguns filiados ao PCB se aproveitavam, de forma ilícita, dos recursos do partido para ampliar seu patrimônio. “Não aguentávamos mais vestir roupas (...) nem calçados dos outros”[xviii], afirma Anita. O luxo e a ostentação eram típicos de burgueses. Por isso, não fazia sentido que o militante e sua família fizessem parte do mundo consumista. A filha de Manoel Jacinto, Elza Correia, completa dizendo que se tratava de “muita exploração”, exigirem que o seu pai se desligasse da produção, ou seja, deixasse de ser pedreiro para servir o partido sem ganhar quase nada em troca: “porque a ajuda de custo (...) que o partido dava nunca chegava lá em casa, principalmente quando o pai estava preso. Então, se não fosse a costura da minha mãe e da vizinhança doar uma coisa ou outra, [seria] o caos”.[xix]

Além do mais, a vida familiar e mesmo conjugal eram afetadas com as constantes mudanças de endereço e prisões. Elza Pereira afirma que o nascimento de uma de suas irmãs – Eunice – ocorreu em uma das vezes que seu pai havia sido preso. Após dois anos de enclausuramento, Manoel Jacinto retornou para casa e teve que lidar com o estranhamento da filha em relação à sua presença: “até um pouco antes dela [Eunice] se casar havia este problema entre os dois. Na verdade ela nunca aceitou muito que aquele homem que pintou de repente pudesse ser o pai dela”.[xx]

Alheio aos problemas familiares, ausente sempre quando sua esposa e seus filhos mais necessitavam de seu apoio, Manoel Jacinto sempre estava envolvido nas atividades do partido: “pra dizer mesmo a verdade, mesmo que ele não estivesse preso, na hora do parto minha mãe sempre estava sozinha, porque ele estava fora, cumprindo as tarefas do partido. Ela [Anita] sempre teve os filhos sozinha, ajudada pela minha vó.”[xxi] Na opinião de Elza Pereira ,existe uma “grande falta de responsabilidade dos quadros do partido comunista. Largavam a família (...) na pior dificuldade”.[xxii]

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

A indiferença não era algo restrita apenas ao partido. Elza Correia ressalta as suas dificuldades e a de seus irmãos no ambiente escolar. As queixas partem desde problemas pessoais com professores até o problema das mudanças de endereço, solicitadas pelo PCB, que teriam comprometido o andamento de alguns anos letivos: “nós éramos filhos do Manoel Jacinto, então reprovávamos porque éramos filhos de comunistas”. As humilhações, segundo Elza Correia, eram constantes. Certa vez, no início do ano letivo, o professor de História, cujo nome era Leopoldo “chamou meu nome, me fez levantar na sala e disse: ‘Esta é a filha de Manoel Jacinto Correia, que é comunista e está preso. Portanto, não sejam amigos dela, não brinquem com ela’”[xxiii]. A exposição aos colegas de classe inibia até a consolidação de relações de amizade: “as crianças tinham horror a mim. Eu era alijada das brincadeiras, não participava de nada (...) como se fosse leprosa ou qualquer coisa parecida.”[xxiv]

As humilhações se tornaram suportáveis quando eram lembrados por Anita, sua mãe, da luta empreendida por Manoel Jacinto no combate ao conformismo. A partir de então, a figura paterna deixava de ser motivo de vergonha e represálias para se tornar símbolo de heroificação, a ponto do próprio pai, subjugado por boa parte da sociedade londrinense, mobilizar os filhos em suas atividades partidárias e revolucionárias: “nós éramos solidários, carregávamos material para esconder, cada um dentro da minha casa tinha uma tarefa, avisar quando havia pessoas diferentes no bairro (...) [ou] um carro parado na esquina”.[xxv]

Considerações finais

Como afirmou Raoul Girardet (1987, p. 53), a transição de uma figura indesejável por suas ações e atitudes para a construção do “mito do Salvador” pode ser identificado quando da “passagem da veracidade do fato à sua interpretação mítica, do invencível movimento de transgressão que parte do acontecimento historicamente definível para conduzir à sua leitura imaginária”. Em suma, Manoel Jacinto poderia causar certo constrangimento aos seus filhos por ser tachado como “comunista”, mas quando olhavam para o lado humanitário, na luta e história de vida que carregava, poderiam vê-lo como um exemplo. Da mesma forma que Manoel Jacinto discordava de vários pontos do PCB, principalmente em relação às atitudes

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

deliberadas pelo partido nos anos de 1940 e 1950, mas durante esse período, não se desvinculou dele e lutava por sua causa.

Assim, o imaginário político dos comunistas norte-paranaenses era mais forte do que suas atitudes e ações. Apesar de não concordarem com muitas deliberações do PCB no norte do Paraná e de existir, inclusive, suspeitas do aproveitamento do comitê central de São Paulo de ver a região como um local ausente de membros preparados para lutar pelo comunismo, a ponto de enviar para a região alguns membros reconhecidos nacionalmente, como Jacob Gorender, Gregório Bezerra e João Saldanha, é notório que a crença no discurso partidário era maior. Nesse ínterim, a construção de mitos, como o "mito do Salvador", ou o mito de uma sociedade mais justa e igualitária repercutiu no imaginário dos militantes do PCB no norte paranaense e se estendeu, muitas vezes, aos seus familiares. Estes, mesmos desprovidos das promessas do partido, como no caso da pensão para os "desligados da produção", manifestavam sua reação negativa, mas também concordavam com a face da luta política e social empreendida pelo PCB. É possível identificar, portanto, certa "rejeição" do PCB por parte de militantes (e pessoas próximas a estes) do comunismo, mas, simultaneamente, uma paixão acalentada por esses militantes e movida pelo ideal dos trabalhadores como sujeitos conscientes e possuidores de atitudes transformadoras. O mito político está sujeito, nesse sentido, a mudar de forma, daí o seu "caráter poliformo" (GIRARDET, 1987, p. 15).

---

[i] Em depoimento a Teresa Urban, a filha de Manoel Jacinto Correia, Elza Correia, afirma a predisposição do pai e seu cargo de pastor na Igreja Protestante antes de residir em Londrina. ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 2.

[ii] Nesse ponto existem divergências entre Anita, esposa de Manoel Jacinto Correia, e Elza, filha do militante comunista. Em seu depoimento à jornalista Teresa Urban, Anita não menciona que Manoel Jacinto foi expulso da Igreja, mas que ele não concordou com a expulsão de um pastor protestante negro, chamado Enofre Medrades por outro pastor, que, segundo a entrevistada, seria americano. Manoel Jacinto considerou o ato como racismo e, juntamente com sua família, teria se afastado da prática religiosa. ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 2.

[iii] ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985, p. 1.

[iv] ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 3.

[v] A Revolta de Porecatu foi um conflito armado entre posseiros, jagunços e latifundiários que ocorreu nas cidades norte-paranaenses de Jaguapitã, Guaraci, Centenário do Sul e Porecatu, entre os anos de 1948 a 1951. Nessas localidades, centenas de camponeses recorreram às armas para defender as suas posses e a terra de trabalho de suas famílias (PRIORI, 2005).

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

[vi] Organizado desde 1949 no Paraná, o Movimento dos Partidários da Paz foi fundado com o nome de Conselho Pró-Paz e Cultura e tinha como objetivo fomentar ações pela paz.
[vii] ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 2-3.
[viii] ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 6.
[ix] Ibid., p. 3.
[x] Ibid.
[xi] Ibid.
[xii] Ibid., p. 4.
[xiii] Ibid., p. 5.
[xiv] Ibid., p. 4.
[xv] ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Manoel Jacinto Correia. Não datado, p. 11.
[xvi] Ibid..
[xvii] Ibid., p. 5.
[xviii] ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). op. cit., p. 20.
[xix] ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. op. cit., p. 8.
[xx] Ibid., p. 4.
[xxi] Ibid., p. 4.
[xxii] Ibid., p. 8.
[xxiii]Ibid., p. 6.
[xxiv] Ibid., p. 6-7.
[xxv] Ibid., p. 7.

Referências bibliográficas

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **A subversão do paraíso**: o comunismo em Londrina (1945-1951). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BARROS, José D'Assunção. O estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Revista de Educação *Educere et Educare***. Ponta Grossa, v. 4, n° 7, jan./jun. 2009, p. 147-162.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 362-363.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. **Elite vermelha**: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964). 2004.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras,1987.

LAZIER, Hermógenes. O jornal do partido, a Tribuna do Povo (entrevista). In: CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). **Velhos vermelhos**: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: UFPR, 2008, p. 157-176.

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013
10.4025/6cih.pphuem.338

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH Revista de História**, Ouro Preto, UFOP, n. 6, 1996, p. 92-100.

PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Silvia Helena (Org.). **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: Eduem, 2005, p. 155 -191.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 441-450.